

Estado do Rio de Janeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão Subsecretaria de Finanças, Receita e Despesa

# REQUERIMENTO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

DADOS DO REQUERENTE	
Razão Social	
Razao social	
Endorses	Сер
Endereço	Сер
CNPJ	Telefone
G.W.S	Telefone
Inscrição Municipal	
REQUERI	MENTO
O requerente acima identificado, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem requerer o reconhecimento da imunidade tributária relacionada ao(s) imposto(s) abaixo assinalado(s) por se tratar de instituição que possui a finalidade adiante especificada:	
O IPTU O ISS	○ ITBI
Finalidade essencial da Instituição:	
Órgão Público Instituição de Assistência Social Instituição de Educação	
Templo Religioso Sindicatos	Outros
Declaro, nesta oportunidade, estar ciente de que o reconhecimento da imunidade requerida dependerá do preenchimento dos requisitos legais, bem como da apresentação da documentação necessária, e que a ausência de qualquer um dos referidos documentos poderá inviabilizar a análise do pedido ora formulado com o consequente ARQUIVAMENTO do processo.	
Nova Friburgo/RJ, de	de
Assinatura do representante legal (Igual ao documento de identificação)	
(Opp. 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25	

OBSERVAÇÃO: HAVENDO DEFERIMENTO DO PEDIDO E CONSTATADO POSTERIORMENTE O DESCUMPRIMENTO DE QUAISQUER REQUISITOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO, A IMUNIDADE SERÁ SUSPENSA RETROATIVAMENTE À DATA DO DESCUMPRIMENTO DO REQUISITO LEGAL.

Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão Subsecretaria de Finanças, Receita e Despesa

# REQUERIMENTO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

## **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

## **ÓRGÃO PÚBLICO (RECÍPROCA)**

- Lei responsável pela criação/autorização do órgão público requerente;
- Ato de eleição/nomeação do representante legal;
- Documento oficial de identificação com foto do representante legal (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal do Órgão Público:
- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Documento de propriedade do imóvel atualizado, exceto para os fins de ISS.

## **TEMPLO RELIGIOSO**

- Estatuto Social registrado e suas alterações;
- Ata da eleição da diretoria atual;
- Documento oficial de identificação com foto do representante legal (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal da Instituição;
- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios;
- Documento de propriedade do imóvel atualizado, exceto para os fins de ISS.

## INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E INSTITUIÇÃO **DE EDUCAÇÃO**

- Estatuto Social registrado e suas alterações;
- Ata da eleição da diretoria atual;
- Documento oficial de identificação com foto do representante legal (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal da Instituição;
- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios;
- Declaração de que cumpre o art. 14 do Código Tributário Nacional:
- Comprovante registro no Conselho Municipal/Estadual/Federal de Assistência Social ou de Educação, conforme o caso;
- Certificação de Entidades de Assistência Social (CEBAS) atualizado;
- Documento de propriedade do imóvel atualizado, exceto para os fins de ISS.

## **SINDICATOS**

- Estatuto Social registrado e suas alterações;
- Ata da eleição da diretoria atual;
- Documento oficial de identificação com foto do representante legal (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal;
- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios;
- Declaração de que cumpre o art. 14 do Código Tributário Nacional;
- Comprovante de registro no órgão competente (Ministério do Trabalho e emprego);
- Documento de propriedade do imóvel atualizado, exceto para os fins de ISS.

## **ADICIONAIS**

## Para pedido de reconhecimento de imunidade de IPTU, acrescentar:

Carnê do IPTU.

Para pedido de reconhecimento de imunidade de ITBI,

## acrescentar:

- Carnê do IPTU;
- Instrumento contratual de aquisição do imóvel:
- Declaração de que utilizará o imóvel nas finalidades essenciais da requerente.

## **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES**

- 1. Os requerimentos assinados por terceiros deverão ser acompanhados de PROCURAÇÃO e cópias de RG e CPF do procurador;
- 2. Fica esclarecido, desde já, que outros documentos poderão ser solicitados no decorrer da análise processual.

Fundamentação legal: Art. 150, inciso VI, da Constituição Federal.